



Informativo da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - UNAMIBB
Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - CEP: 30110-039 - Belo Horizonte (MG) - Ano XXIII - Nº 88 - Mar/Abr/2011

Em “A internacionalização dos bancos faz sentido?”, o articulista analisa a nova posição do BB na aquisição de bancos estrangeiros.
Página 7

Nas páginas 4 e 5, artigos mostram como o BB poderia incentivar e tirar maior proveito do agronegócio no Brasil.

No artigo “Afinidades eletivas”, Wagner Gomes analisa o início de governo da presidente Dilma Rousseff.
Página 3

Análise mostra como o BB está preparando sua nova estratégia para o financiamento agrícola.
Página 6

O Editorial mostra como existem diferenças gritantes entre as aposentadorias dos altos executivos do BB e dos funcionários de carreira que contribuíram para a Previ da mesma maneira.
Página 2

BB planeja crescer em créditos e financiamentos

“Não poderemos abrir mão de algo pelo qual pagamos, mas tomamos a decisão de não incluir essa cláusula nos novos contratos. O BB não precisa disso para continuar líder.” – com essa frase, o vice-presidente de Negócios de Varejo, Paulo Rogério Caffarelli, justificou a postura do Banco em relação aos empréstimos consignados dos servidores públicos onde a instituição detém a folha de pagamentos.

Depois de comprar várias folhas de pagamento pelo Brasil a fora, o BB possui uma carteira de R\$ 45 bilhões em financiamentos consignados. Isso dá ao Banco, uma participação de 32,7% num mercado de R\$ 141 bilhões. Com a edição da circular nº 3.522 do Banco Central, a instituição perdeu a exclusividade.

Para não perder mercado, o Banco do Brasil mudou a tática. Vai oferecer taxas menores aos seus clientes pessoa física. Quem tem melhor histórico de relacionamento terá juros menores nos empréstimos e financiamentos. O objetivo é evitar as taxas médias, que acabam penalizando o bom pagador em detrimento do inadimplente. A diferenciação é uma das formas encontradas pelo BB para estimular o crédito na pessoa física. O objetivo do banco é ser o líder no segmento no Brasil, hoje dominado pelo Itaú.

O Banco do Brasil é o maior banco do país com R\$ 866 bilhões em ativos. Mas ficou atrás do Itaú/

Unibanco em lucro no primeiro trimestre do ano. O mais importante é que o BB fechou o período com o menor índice de inadimplência entre os grandes bancos. O indicador do banco público, considerando os atrasos acima de 90 dias, terminou março em 2,1%, abaixo dos 3,6% do Bradesco e dos 4,2% do Itaú.

Há dois anos, a instituição financeira vem trabalhando no programa “BB 2.0” que busca o melhor atendimento aos clientes e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

E apesar de os analistas considerarem positivo a diminuição da participação do BB no crédito agrícola (61%) a nova vice-presidência de Agronegócios afirma que haverá aumento na fatia. O vice-presidente da área, Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que está empenhado nas negociações para a próxima safra que deverá ser anunciada entre junho e julho. Ele é a favor da manutenção das taxas de juros do plano, mesmo em um cenário de aumento das taxas referenciais (Selic). Ele também apoiou o atrelamento dos empréstimos ao seguro e acha que seria mais eficiente a destinação por propriedade, para que o agricultor possa ter maior flexibilidade no uso do dinheiro. O executivo também vê com bons olhos o aumento da fatia da modalidade de créditos rotativos de vários anos, em vez de financiamentos anuais, que envolvem maior burocracia.

Banco do Brasil : diferenças gritantes

Um dia desses conversando com um ex-presidente do BB esse revelou que ao ser nomeado Presidente passou apertado com os novos compromissos, novas despesas que o cargo lhe trazia. Mudava-se para Brasília com a esposa e filhos, nova casa, novas escolas e que a remuneração pelo exercício da Presidência pouco acrescentava ao seu salário de funcionário de carreira exercendo uma comissão de nível superior. Não lhe pedi o espelho, mas ele revelou que hoje sua aposentadoria não é irrisória, mas também não é astronômica. Até 1997 o funcionalismo do BB se aposentava dentro das regras vigentes em cada época. A maioria ao completar o tempo de serviço estava na última ou penúltima letra do quadro de carreira, o que assegurava certa uniformidade nas aposentadorias.

Mas o Banco do Brasil mudou muito. Em 2008 os funcionários foram surpreendidos pela notícia de que o Conselho de Administração reajustou em 30% os salários dos executivos de primeiro escalão (Presidente, Vices e Diretoria). Esses cargos passaram a ser estatutários e as verbas remuneratórias não são recebidas separadas como os demais funcionários recebem: VP, AN, AFR, etc., e sim em um item só como pró-labore. Ou seja: nada de separar em férias, décimo-terceiro, visa-

alimentação, LP e a comissão de diretor/presidente ou vice. Naquele ano em um relâmpago de bom senso, os próprios representantes do BB na Previ sugeriram limitar, criar um teto, já que o BB alterava o critério de remuneração dos seus altos executivos. Assim, a diretoria e o conselho deliberativo da Previ aprovaram, por solicitação do próprio banco, a instituição de um teto de contribuição e benefícios para a Previ, correspondente à remuneração paga aos detentores do cargo NRF especial, o maior salário do quadro de carreira do banco que naquela época era cerca de vinte e sete mil reais. Eis que antes mesmo desse teto ser submetido à Secretaria de Previdência Complementar o próprio Banco recuou, determinou a Previ que se abstinhasse de observar o teto e protocolou sugestão de um novo teto no valor de três vezes o NRF Especial

Vale lembrar que os altos executivos do BB há muito reclamam que os salários do Banco estão aquém dos praticados pelo mercado e assim, ao apresentar na diretoria e deliberativo da Previ a proposta para que o teto seja três vezes o valor do NRF, ou seja, cerca de oitenta e um mil reais, pode-se antever o que virá mais adiante. Reflitam que quem fixa a remuneração da presidência, vices e diretoria é o Conselho de

Administração do BB. A pergunta que se faz é se é justo que a Previ tenha a obrigação de pagar aposentadorias sobre o teto desejado pelo BB. Considerem que, para chegar a Vice-Presidente basta a indicação política, de sorte que qualquer funcionário do BB, bem relacionado, pode sair de uma Comissão de nível médio e ser nomeado Vice-Presidente. Assim, de uma hora para outra salta sua remuneração para patamares próximos a esses 81 mil. Basta ficar três anos nesse cargo e se aposentar tendo a Previ que calcular seu benefício tomando por base esse teto. Pode-se argumentar que é justo que o BB remunere bem seus executivos de alto escalão até para não perdê-los para o mercado. No entanto, a Previ é um fundo de pensão responsável pela cobertura da velhice de milhares de pessoas que são ex-funcionários comuns do quadro de carreira e não poderia ter desníveis de tal ordem. Então, que se fixe um teto justo e que o Banco complemente às suas custas o que considerar devido para as aposentadorias de seus altos executivos. Pelo andar da carruagem podemos ver que o BB está querendo criar uma casta de aposentados que não condiz com a sobriedade do velho banco de todos os brasileiros.

NOTÍCIAS DO BBRASIL

É uma publicação da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - UNAMIBB Registro nº 916 Livro B - Cartório Jero Oliva - Belo Horizonte - MG

Fundador: Cyro Verçosa

Endereço: Av. do Contorno, 6437 - Savassi
- Belo Horizonte - MG - CEP: 30110-039
Fone: (31) 3194 5900
Fax: (31) 3194 5903
www.unamibb.com.br
unamibb@unamibb.com.br

Diretoria Presidente

Altair de Castro Pereira

Vice-presidente
Isa Musa de Noronha

Diretor Secretário
José Sana

Diretor Administrativo
Antonio Carlos Dias

Diretor Financeiro
Raimundo Vítor Santos

Jornal Notícias do BBrasil

Jornalista Responsável:
Luzia Lobato - MG-04651JP
Edição, Editoração e Projeto Gráfico: Luzia Lobato

Impressão:
Editora O Lutador (31) 3439-8000

Os conceitos emitidos nos artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal, sendo de responsabilidade dos articulistas.

As afinidades eletivas

Diferente do que apregoava Lula em seu papel de animador de massa que nos induzia ao consumo, Dilma, agora, assume a implementação de medidas prudenciais, visando reduzir o choque de oferta X procura.
Wagner Gomes

Até aqui, os passos já dados pelo governo de Dilma Rousseff me fazem lembrar Goethe em seu livro *As Afinidades Eletivas*. Cercada pela maioria dos personagens com os quais conviveu no governo passado, Dilma nos passa a sensação de que a saída de cena de seu antecessor se torna, cada vez mais, na afirmação da sucessora, em seu sentido imanente e referencial. A czarina do governo passado, mais do que por lealdade, se torna fiadora e responsável pelos erros e acertos dos oito anos anteriores, aí incluído o descontrolado orçamentário que se confunde, em sua origem, com o combate à crise econômica mundial e com a generosidade do erário em véspera de eleições.

Talvez essa simbiótica interrelação explique a dificuldade que nossa presidente vem encontrando para se impor como indutora de expectativas que quebrem a espinha dorsal do processo inflacionário que ainda persiste, mesmo com as traulitadas a ele impingidas desde o início de seu governo. Qualquer analista identifica, como imprudente, no mínimo – nada a ver com o salário! –, o legado que, ao afrontar os fundamentos econômicos, provocou tanta expectativa inflacionária e o perigoso caminho que toma nossas contas externas. Se por um lado teve o mérito de fazer com que saíssemos da crise, mal nela tenhamos entrado, a sua dosagem em ritmo eufórico contaminou a economia. Acrescente-se a esse cenário o inesperado choque dos preços das commodities e da catástrofe no Japão em um momento de aquecimento econômico global, e o horizonte se turva com o recrudescimento do aperto monetário.

Diferente do que apregoava Lula em seu papel de animador de massa que nos induzia ao consumo, Dilma, agora, assume a implementação de medidas prudenciais, visando reduzir o choque de oferta X procura. Ao limitar o crédito ao consumo, antes tão incentivado, tenta conter a ganância sem limites que

se havia instaurado no país. Apesar de épocas e sinalizadores diferentes, agora se desconstrói a falácia de que estávamos imunes



aos indicadores macroeconômicos, desenhados em um planeta que estava, e ainda persiste, em chamas. Hoje se tornou consenso que a demanda, excessivamente aquecida, além de botar lenha na fogueira da inflação, estimula, de maneira inusitada, a concorrência predatória dos produtos importados.

Não resta a menor dúvida de que Dilma entendeu o desafio que se lhe apresenta: o reordenamento de nossa economia. Com um orçamento mais do que apertado, voltemos a Goethe: o jogo está mais claro e precisa-se de espaço para que se coloque ordem no castelo. Os personagens dessa trama, mascarados ou não, devem conviver, a um só tempo, com o conflito e a conciliação. Dilma, a heroína em questão, tomou consciência do processo errático, enxergando a realidade visível. Ao sair da obscuridade velada, inicia, com coragem, uma travessia que nos faz antever um caminho mais adequado e capaz de um enfrentamento das sombras de um passado recente, com um objetivo primordial: ao associar as afinidades eletivas, planeja, intencionalmente, resgatar as suas relações de vida. Sabe que a dimensão de suas ações deve resguardar o caráter do personagem que a antecedeu, deixando patente, contudo, a distância entre o pensar, o sentir e o agir. E, ao proceder assim, revelar ao país, muito mais que sua aparência, a sua essência.

Wagner Gomes, administrador de empresas e aposentado pelo Banco do Brasil.

O lucro cresceu

Com alta de 27,4% em relação ao mesmo período do ano passado, o Banco do Brasil registrou um lucro de R\$ 2,932 bilhões. Se comparado ao último trimestre de 2010, onde o Banco teve efeitos extraordinários, o resultado caiu 21,1%. O crescimento do lucro do banco público na comparação com o primeiro trimestre de 2010 foi puxado pelo aumento das operações de crédito, principalmente para pessoas físicas. A carteira atingiu impressionantes R\$ 397,5 bilhões, o que indica uma alta de 21,2% em 12 meses e de 2,4% ante dezembro. O maior destaque foi para linhas como crédito consignado (alta de 19%) e financiamento de veículos (avanço de 36%).

O BB informou em seu balanço que o lucro foi recorde para um primeiro trimestre. A instituição financeira encerrou com ativos totais de R\$ 866,6



bilhões, uma expansão de 19,6% em 12 meses. Com isso, o banco se consolida na posição de maior instituição financeira do Brasil, a frente do Itaú, que fechou com ativos de R\$ 778 bilhões. O patrimônio líquido do BB foi de R\$ 52,12 bilhões, uma alta de 38% em 12 meses. O Banco do Brasil mostrou ainda que houve queda na inadimplência e que os índices voltaram ao patamar de antes da crise mundial iniciada em 2008. Com isso, o índice de Basileia cresceu para 14,13%, o que proporciona ao Banco expandir suas operações de crédito em até R\$ 137,7 bilhões.

No agronegócio o BB evidencia que a carteira de crédito atingiu R\$ 78,3 bilhões, crescimento de 19,3% em 12 meses e 3,4% no trimestre. E ainda destaca que o crédito agroindustrial, destinado às empresas, cresceu 67,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, com saldo final de R\$ 18,2 bilhões.

Crise e Oportunidade

Manifestantes da Via Campesina no Rio Grande do Sul voltaram a bloquear a BR 386, em Boa Vista das Missões, na altura do km 74, no início da tarde de 27 de abril de 2011, conforme informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Cerca de mil pessoas já haviam interditado a estrada por duas horas, pela manhã, em Boa Vista das Missões e Seberí, mas liberaram por volta das 11h40. Segundo um dos coordenadores do movimento a intenção do grupo é chamar a atenção das autoridades e da opinião pública para a dificuldade dos pequenos agricultores de pagar dívidas. Em Seberí, as 200 pessoas que estavam na rodovia se deslocaram para o Centro da cidade para protestar em frente ao Banco do Brasil. Em Boa Vista das Missões, o bloqueio da rodovia chegou a provocar oito quilômetros de congestionamento nesta manhã.

Acrescentaram que os manifestantes pedem também que os produtores que fizerem reservas para preservar o meio ambiente em suas lavouras recebam uma quantia do governo federal.

Enquanto isso no Banco do Brasil

Banco do Brasil e o Agronegócio Nossa próxima crise será no Balanço de Pagamentos

Até a crise de 2008, muitas usinas de açúcar e álcool se endividaram, para aumentar sua capacidade de produção (novas usinas, tratores, caminhões, reservatórios para estoque etc.), principalmente, do etanol, cujo crescimento do consumo (interno e externo) e o preço prometiam bons lucros futuros.

Com o advento da crise financeira internacional, o preço do etanol despencou e as usinas brasileiras endividadas, acabaram inadimplentes com o setor financeiro, em especial com o Banco do Brasil. Sem crédito para suportar o pior momento da crise e sem um banco estatal especializado no setor (papel outrora desempenhado pelo Banco do Brasil), que as ajudassem a atravessar o mar tempestuoso, muitas usinas de açúcar e etanol brasileiras começaram a ser vendidas para grandes multinacionais como trading companies (a Bunge holandesa, a Cargill americana, a ADM americana, a Dreyfus francesa, a Glencore suíça, a Shree Renuka indiana, a Nobel chinesa etc.) e empresas de energia (British Petroleum-BP, Shell etc.).

É do conhecimento de todos, que aquelas multinacionais estrangeiras contaram com a ajuda de bancos estatais ou cooperativos de seus países de origem, especializados em agronegócios tais como Rabobank holandês, National Credit Union Administration-NCUA americano, Credit Agricole francês, Swiss Union of Raiffeisen suíço, Suco Bank indiano, Agricultural Bank of China chinês etc., para atravessarem o pior

da crise financeira internacional, enquanto, aqui, a estratégia do Banco do Brasil foi e é se tornar mais um banco de varejo privado nacional e o maior financiador do setor imobiliário em detrimento do agronegócio.

Faz-se mister lembrar, também, que essa internacionalização do setor sucroalcooleiro se deu, sobretudo, através da aquisição de usinas nacionais endividadas e não através de novos investimentos em bens de capital.

Assim sendo, com a retomada do crescimento no Brasil e no exterior, o País não foi capaz de atender ao aumento da demanda por açúcar e álcool, perdendo uma enorme chance de crescer como fornecedor internacional confiável, justamente, no momento em que necessitamos, urgentemente, elevar o superávit da Balança Comercial, para fazer frente ao crescimento das importações.

Consequência: O Brasil passou a importar etanol dos EUA, para atender sua demanda interna, correndo o risco de desembocar numa crise de Balanço de Pagamentos, devido às seguidas reduções de nosso superávit comercial.

Fica então a pergunta: qual o papel do Banco do Brasil dentro da economia nacional? O Brasil necessita de mais um banco estatal (além da Caixa Econômica Federal) para atuar no setor imobiliário? O Brasil necessita de mais um banco de varejo privado nacional? A existência de um banco estatal como o Banco do Brasil se justifica, apenas para atuar como um “Bradesco Estatal”?

A chance do Banco do Brasil voltar ao agronegócio

O Governo deseja que a Petrobrás aumente sua presença na produção de etanol, a fim de regular melhor esse mercado, que vem sofrendo com a grande volatilidade de preços.

Contudo, a Petrobrás está quase no seu limite, devido aos grandes investimentos realizados na consolidação do Pré-Sal.

Assim sendo, abre-se uma oportunidade, para que o Banco do Brasil e os principais fundos de pensão venham a propor à Presidente Dilma Rousseff a abertura de capital da Petrobrás Biocombustíveis, de forma a permitir novos sócios estratégicos.

Essa ação facilitaria à Petrobrás Biocombustíveis a rápida elevação da produção de etanol, através de parcerias com usinas nacionais (hoje endividadas com o setor financeiro), evitando a desnacionalização do setor, que vem sendo comprado por grandes *trading companies* (Bunge, Cargill, ADM, Dreyfus, Nobel, Glencore, Renuka, Marubeni etc.) e empresas de petróleo (Shell, British Petroleum etc.) multinacionais.

Tal estratégia pode ser, também, uma nova chance do Banco do Brasil voltar a exercer seu antigo papel de grande parceiro do agronegócio no País, mas sob novas formas de atuação além do velho crédito agrícola, a exemplo do DZ Bank alemão, do Rabobank holandês, do Credit Lyonnais francês, do ICCREA Bank da Itália, do Swiss Union of Raiffeisen da Suíça, do Desjardins canadense, do National Credit Union Administration-NCUA dos EUA, do Norichukin Bank do Japão, do Agricultural Bank of China da China, do SUCO Bank da Índia, do Credit Union Australia da Austrália etc.

O Banco do Brasil como banco estatal ou cooperativo, especializado em agronegócios

A explosão dos preços dos commodities agropecuários pode trazer consequências ruins para a humanidade, como o aumento da fome, aceleração de guerras e outros conflitos pela posse de terras aráveis.

Para o Brasil, o desequilíbrio entre oferta e demanda de alguns produtos agrícolas, utilizados na produção de biocombustíveis como por exemplo a cana-de-açúcar (etanol) e a soja (biodiesel), que tem como consequência a falta de etanol e biodiesel no mercado nacional e internacional, bem como, sua rápida elevação de preços, pode comprometer a credibilidade do País enquanto fornecedor mundial de biocombustíveis.

Os EUA vem ocupando nossos tradicionais mercados importadores de etanol, apesar da produtividade menor do álcool oriundo do milho, devido à falta do produto brasileiro para pronta entrega.

Qual a solução para esse sério problema?

1) A utilização de novas tecnologias, para aumentar a produtividade da mesma área plantada (vide artigo abaixo); e
2) O agronegócio contar com um banco estatal ou cooperativo, especializado em agronegócios (papel desempenhado pelo BB até 1996, quando teve início seu processo de “Bradescalização” até hoje em vigor), como ocorre nos EUA, que possui o National Credit Union Administration-NCUA, sistema financeiro cooperativo, cujo Presidente da holding (NCUA) é nomeado pelo Presidente dos EUA.

Essa pode ser a oportunidade, para que o BB volte a exercer seu papel de parceiro do agronegócio, abandonando de vez a idéia de se transformar em mais um banco de varejo privado nacional.

Produção de etanol: primeira ou segunda geração?

O etanol tem sido considerado uma alternativa para diminuir problemas ambientais e energéticos no mundo em razão da escassez e alta dos preços dos combustíveis fósseis e da poluição por eles causada. O Brasil encontra-se em uma posição privilegiada no que se refere à produção de etanol, por apresentar vantagens na tecnologia de produção, possibilidade de liderança na agricultura de energia e mercado de biocombustíveis sem ampliar a área desmatada ou reduzir a área destinada à produção de alimentos. Além disso, a matriz energética brasileira já é um exemplo de sustentabilidade, pois enquanto a média mundial é o uso de apenas 14% de fontes

renováveis, o Brasil utiliza 46,8% dessas fontes.

Nesse cenário, tecnologias capazes de melhorar o desempenho da produção no setor agroenergético ganham importância fundamental no país. Esse aumento de produção, do ponto de vista de processamento industrial, pode se dar de duas formas: por aperfeiçoamentos das tecnologias para produção de etanol de primeira geração, a partir da sacarose da cana; ou pelo desenvolvimento científico e tecnológico de produção do, etanol lignocelulósico (chamado de segunda geração), produzido a partir da celulose e hemicelulose.

Apesar de a produção de etanol a partir da sacarose ser um processo bem estabelecido no Brasil, com os menores



custos, a maior produtividade e o melhor balanço energético do mundo, ainda há espaço para crescimento e redução de custos. Existem ainda diversas possibilidades de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação para o aperfeiçoamento da produção de etanol a partir do caldo da cana, elevando-se os rendimentos de conversão e a produtividade global do processo.

Entretanto, para evitar que se atinja o limite da oferta ou venha a ocorrer a competição pelo uso da terra para a produção de biocombustíveis e de alimentos, é necessário investir no desenvolvimento de tecnologias de segunda geração para produção de etanol. A estimativa é de que o aproveitamento do bagaço e parte das palhas e pontas da cana-de-açúcar eleve a produção de álcool em 30 a 40%, para uma mesma área plantada. As demais matérias-primas para as quais se buscam tecnologias de processamento, tais como capim-elefante, braquiárias, panicuns e árvores de crescimento rápido podem representar alternativas competitivas e eficientes para locais onde não se cultiva ou cultivará cana-de-açúcar.

A combinação das rotas de primeira e segunda gerações na produção de

etanol de cana-de-açúcar permitirá obter maior quantidade de combustível sem aumentar o volume de matéria-prima cultivada nem a área plantada, mas, em consequência, ter-se-á menor disponibilidade de bagaço para geração de energia elétrica. No momento em que a tecnologia de segunda geração estiver em escala comercial, as usinas seguirão a lógica do mercado, voltando sua produção para eletricidade ou etanol, de modo semelhante ao que ocorre com a destinação do caldo, que a depender das condições produz mais etanol ou mais açúcar.

Vários especialistas defendem a ideia de que, no momento, o Brasil precisa mais de energia elétrica do que de combustíveis líquidos, e que a utilização de bagaço para produção de etanol não seria benéfica, visto que o país sofreu, há pouco tempo, uma restrição no desenvolvimento econômico e social devido ao racionamento de energia elétrica. Entretanto, é imprescindível que o país mantenha sua liderança mundial no campo dos biocombustíveis e garanta produção suficiente para atendimento da demanda nacional e parte de demanda externa. Para isto, é necessário que se somem esforços de melhoria do processo atual e que se estabeleça e implante a produção de etanol lignocelulósico.

Se o objetivo for elevar os índices de produção de etanol, o país obteria mais benefícios, a curto prazo, investindo no melhoramento do processo de produção a partir do caldo da cana. Entretanto, para que o país continue a ter vanguarda nesta área, tanto em produção como disponibilização de tecnologias, é necessário que possa dominar também o conhecimento de novas rotas de produção e o emprego de novas matérias-primas.

O desenvolvimento tecnológico do etanol de segunda geração não exclui a tecnologia em uso; ambas irão coexistir de modo a se complementar. É possível continuar com os avanços sobre a tecnologia em uso e atingir grandes ganhos com as tecnologias em desenvolvimento. A produção de etanol com alta eficiência e sustentabilidade será resultado da integração e otimização de ambos os processos: primeira e segunda gerações, e envolvem grupos multidisciplinares de pesquisa trabalhando em diferentes áreas de PD&I.

Thályta Fraga Pacheco
Analista A - Embrapa Agroenergia
thalyta.pacheco@embrapa.br

BB voltando às origens?

Dono da maior carteira de crédito rural do país, superior a R\$ 75 bilhões, o Banco do Brasil prepara mudanças em sua estratégia para recuperar clientes “perdidos” durante recente período das crises climática e de renda no campo.

À época mais endividado e considerado menos eficiente e com baixa capacidade gerencial, um grupo de 20 mil produtores ficou fora dos planos do banco entre 2004 e 2007. Agora, passado o período mais crítico das renegociações de dívidas e da “blindagem” de suas operações rurais, o BB passará a concentrar esforços em dois desses estratos do campo: a “classe média” rural e os produtores “excluídos” da agricultura familiar.

Pelo plano de ação, os médios produtores terão elevação de limites de crédito, estímulo para contratar proteção de preços em bolsa (“hedge”) e seguro rural, além de melhorar a gestão para reduzir custos de financiamento. O grupo familiar será alvo de uma blitz de assistência técnica e crédito para investimento. A meta é modernizar as atividades, atendendo a cada segmento de forma específica.

Responsável pela gestão da carteira composta por 1,7 milhão de produtores desde meados de 2007, o vice-presidente de Agronegócios do BB, Luís Carlos Guedes Pinto, avalia que a reformulação surtirá efeitos ainda mais visíveis no médio prazo. “Vamos fazer mais agronegócio sem correr mais riscos”. Ele deixa o cargo justamente hoje. Será substituído pelo agrônomo e ex-senador Osmar Dias. “O Osmar é alguém que entende do setor e chega em um bom momento para o banco”, avalia Guedes, ex-ministro da Agricultura no governo Lula.

A mudança interna para resgatar esses produtores da concorrência, seja de bancos, tradings ou revendedores de insumos que financiam as safras, está em curso no BB. O banco já “resgatou” 15,7 mil produtores ao elevar limites de crédito em R\$ 3,6 bilhões. A instituição passou a premiar suas agências pelo aumento no volume desse tipo de empréstimo - o programa “Gestão da Safra”. As alterações planejadas terão auxílio de uma rede de 217 agrônomos e veterinários espalhados pelos Estados. Eles farão o papel de recuperação dos clientes perdidos, sobretudo em regiões mais complicadas, como o sul de Minas e o Centro-Oeste.

O banco, que opera hoje com 28 mil planilhas de custos de produção e informações sobre cada microrregião agrícola do país, começou a

aprofundar esses levantamentos. Nesta nova fase, passará a avaliar capacidade gerencial e operacional, tecnologia de produção e processos de comercialização de cada “novo” cliente. “Vamos quebrar os ciclos de anos bons e muito ruins para ajudar o produtor e proteger o banco”, afirma José Carlos Vaz, diretor de Agronegócio do BB.

No longo período de reestruturação da gestão dos ativos rurais, que incluiu medidas para driblar a crise financeira global iniciada em 2008, o banco reclassificou o risco de crédito de 94 mil produtores do país. Foram R\$ 11,2 bilhões em operações antigas que resultaram na redução de R\$ 334 milhões em provisões (recursos para cobrir eventuais inadimplências).

Depois dessas reavaliações, o BB passou a induzir o uso de mecanismos mitigadores de risco de crédito em suas

operações. Nesta safra (2010/11), 55% têm proteção do seguro oficial (Proagro) e 6% de protegidos por “hedge” em bolsa. O banco vinculou crédito à contratação de seguro e proteção de preços. Passou a antecipar crédito de custeio, criou um fundo de investimento em participações em empresas do setor expandiu sua atuação na agricultura familiar.

Nos últimos quatro anos, o BB elevou sua carteira rural, de R\$ 48,8 bilhões para R\$ 75 bilhões; reduziu as provisões de 5% para 3,8%; diminuiu a inadimplência de 7,4% para 2,5%; e viu o risco médio das operações passar de 6,6% para 5,1%. A carteira de custeio tem hoje 98,7% das operações classificadas como risco “AA” e “C”, o que reflete a mudança nos critérios de gestão. Nos financiamentos de investimento, o índice está em 99,1%.

De Ruy Baron/Valor

Sistema Financeiro Cooperativo Nacional

Uma alternativa de longo prazo para o desenvolvimento sustentado

Como nos países mais desenvolvidos, o cooperativismo de crédito está crescendo no Brasil, principalmente, no interior, onde as cooperativas de crédito e de produção rural – **setor onde o Brasil detém sua maior vantagem comparativa e responsável por 100% do superávit da Balança Comercial do País** – respondem pela inclusão de pequenos e médios produtores na rede global de exportação de alimentos e biocombustíveis.

A diferença é que, no Brasil, não há um grande banco estatal ou cooperativo, que faça o papel de *holding* do Sistema Financeiro Cooperativo Nacional. Dentre alguns exemplos bem sucedidos de banco *holding* podemos citar o Rabobank da Holanda, o DZ Bank da Alemanha, o Credit Agricole da França, o Desjardin do Canadá, o National Credit Union Administration-NCUA dos EUA, o Norichukin Bank do Japão, o Agricultural Bank da China e o SUCO Bank da Índia dentre outros.

Os bancos privados nacionais já perceberam a pujança do agronegócio brasileiro e estão aumentando sua fatia no financiamento ao setor. Por outro lado, o banco estrangeiro Rabobank – **banco universal e cooperativo**

holandês especializado em agribusiness – foi capaz de perceber o grande potencial do cooperativismo de crédito e de produção rural, associando-se à central Sicredi, o que deverá acelerar a consolidação do sistema no Brasil.

Por que razão um banco internacional especializado em agronegócios como o Rabobank – **considerado pelas agências de risco Moody’s, Standard & Poors e Fitch como o melhor banco do mundo em composição de Ativos** – é capaz de ganhar muito dinheiro numa parceria com o cooperativismo de crédito rural, enquanto bancos estatais como o Banco do Brasil, que durante a administração do Presidente Cássio Casseb extinguiu a GCOOP - **a área de cooperativas do Banco** -, estão abandonando o setor, considerando-o como de baixa rentabilidade?

Os fatos falam por si só. Ou a estratégia do Rabobank está errada, ou a estratégia do Banco do Brasil, cujo foco é, hoje, o empréstimo imobiliário – **setor de alto risco e onde o BB não detém qualquer vantagem competitiva** -, está incorreta.

A internacionalização dos bancos faz sentido?

Ricardo Mollo(*)

Com tantas crises no mercado financeiro internacional, por que os bancos brasileiros estão cogitando aumentar sua exposição internacional? Por que querem investir em outros países se no Brasil somente metade da população tem conta bancária? Não há espaço para os bancos brasileiros crescerem no Brasil?

O mercado financeiro brasileiro passou por uma enorme transformação nos últimos cinco anos. Alguns bancos se fundiram, outros foram comprados e alguns ainda abriram seu capital. Aproximadamente 85% dos ativos bancários pertencem a apenas 10 bancos, o que mostra uma concentração bem relevante, apesar disso, a concorrência é bastante acirrada.

Nos últimos anos, os bancos brasileiros importantes focaram na dispendiosa integração de operações de fusões e aquisições, especialmente Itaú Unibanco e Santander Real. Esses processos evoluíram muito e estão em fase de conclusão, sendo que as suas plataformas finalmente se fundiram. Agora a tônica é outra - acelerar seus planos ambiciosos de expansão.

Com o real fortalecido e com os bancos internacionais em crise, apareceram boas opções de investimento fora do Brasil. Em contrapartida, as opções de compra de bancos ou mesmo de fusões no Brasil estão cada dia mais escassas. São poucas as opções que os grandes bancos têm por aqui, a maioria delas sem grande relevância, ou mesmo de menor rentabilidade. Será que essas opções fora do Brasil são passageiras ou realmente nossos bancos atingiram um nível de competitividade sustentável que fará com que as opções apareçam com frequência? Tendo a acreditar que essas opções serão cada dia mais viáveis para os bancos brasileiros, especialmente aqueles que estiverem mais estruturados operacionalmente e com times mais preparados.

A atividade bancária tem por essên-

cia a busca incessante de escala, obtenção por diminuição de custos e melhoria de eficiência, logo, para um banco se manter competitivo e rentável no varejo precisa crescer sempre e, no mercado que atuar, necessita ter relevância e, idealmente, liderança. Por diversos anos, alguns bancos estrangeiros com foco global usaram como estratégia expandir seus negócios por diversos países, buscando apenas ampliar sua rede de atuação, mesmo não conseguindo relevância competitiva nesses países. Entendo que a estratégia dos bancos brasileiros não é a mesma, pois tem como objetivo entrar de forma relevante em países onde consigam operar negócios competitivos e rentáveis e para isso é necessário que estejam entre os maiores e melhores bancos locais. Mesmo que inicialmente suas investidas sejam modestas, via pequenas aquisições ou mesmo de parcerias, o foco é sempre de busca pela liderança nos mercados em que atuarem.

Na mesma toada de internacionalização das companhias, os bancos brasileiros precisam além de crescer no Brasil, expandir suas operações constantemente. Nossos bancos estão em posições relevantes nos rankings mundiais e são internacionalmente reconhecidos por sua competitividade, rentabilidade e solidez. Acima de tudo, são reconhecidos pela competência na administração de riscos, especialmente de crédito. Outro fator positivo é a sua baixa alavancagem, o que reforça a atuação austera na administração de risco, bem como, apresenta uma excepcional oportunidade de crescimento.

Os grandes bancos do Brasil já possuem uma atuação pequena em outros países. Suas estratégias são diversas, seja estabelecendo-se individualmente, via aquisições ou mesmo com parcerias. Ainda são modestas as participações em grandes países, porém de forma muito cuidadosa, planejam sua expansão, aproveitando a sinergia das

atividades e produtos brasileiros em nichos de mercado que apresentam boa rentabilidade. Há diversos países em desenvolvimento ou mesmo subdesenvolvidos onde a "bancarização" de suas populações é baixíssima. Isso é uma oportunidade enorme de expansão para os bancos brasileiros que têm experiência reconhecida em atuar nesse tipo de cenário. Geralmente são mercados menos competitivos, mais arriscados, mas potencialmente mais rentáveis.

Esse processo de entrada em outros países melhora a diversificação de risco dos nossos bancos, bem como força os bancos internacionais a investirem em seus mercados locais, destinando recursos que eventualmente aumentariam a competição aqui no Brasil. Num mundo de altíssima concorrência, buscar o combate no campo de batalha do concorrente é uma forma de proteção.

Aliando reconhecida competitividade, experiência de atuação continental, gestão comprovada de crédito em baixa renda, atuação em crédito com empresas, inclusive de agrobusiness, os bancos brasileiros têm todo potencial para se tornarem muito relevantes atuando no mercado financeiro internacional. Esse movimento os fortalecerá, aumentará sua escala e, além disso, ajudará companhias e cidadãos brasileiros em suas empreitadas no exterior. Entendo que esse processo é positivo e certamente potencializará ainda mais nossos tão competentes e já tão rentáveis bancos.

Um país de economia relevante no mundo tem necessariamente um mercado financeiro robusto, competitivo e sólido. Para que o Brasil, nesse mundo de intensa globalização se firme cada vez mais como uma potência comercial, o suporte de bancos brasileiros internacionalizados é imprescindível e de extrema importância.

(*) Ricardo Mollo é professor de Finanças Corporativas do Insper, tem MBA pela University of Dallas. ricardorsm@insper.edu.br

Banco do Brasil paga dividendos

BB Consórcios

A carteira de consórcio do Banco do Brasil atingiu 260 mil cotas ativas ao final do primeiro trimestre deste ano. Desempenho 24,4% superior ao verificado em dezembro de 2010. Na comparação com o mês de março do ano passado, o incremento é ainda mais expressivo e vai a 76,4%.

O BB atua no mercado de consórcios desde de 2004 por meio de sua controlada, a BB Administradora de Consórcios. De acordo com os últimos dados do Banco Central (relativos ao 1º trimestre de 2011), o Banco do Brasil já ocupa a terceira posição no ranking geral de administradoras de consórcios.

BB via Android

O Banco do Brasil acaba de disponibilizar aos seus clientes pessoais jurídicas o acesso ao Gerenciador Financeiro (solução de internet banking) por meio do Android, sistema operacional móvel da empresa de tecnologia Google.

O serviço segue estritamente os padrões de segurança do Banco e as mesmas formas de autenticação do Gerenciador Financeiro. Assim como ocorre para os acessos via iPhone e iPod Touch – que já superaram a casa dos 22 mil downloads –, o aplicativo também é instalado gratuitamente, desta vez na loja virtual do sistema Android, a “Android Market”.

Para instalar o aplicativo, basta possuir a versão 2.1 ou superior do sistema operacional. A navegação pode ser feita por meio de qualquer operadora de telefonia móvel (via tecnologia 3G) ou por uma rede de internet sem fio (Wi-Fi).

Mercado de cartões

O Banco do Brasil ampliou para 21,6% sua participação de mercado em faturamento no primeiro trimestre. Contribuiu para esse resultado a base de 84,2 milhões de cartões de débito e crédito em março de 2011.

Com a intensa utilização dos cartões como meio de pagamento, o faturamento atingiu R\$ 30,1 bilhões nos três primeiros meses de 2011, evolução de 25,6% em relação ao mesmo período de 2010. Esse fato colaborou para que o segmento agregasse R\$ 1,64 bilhões às receitas do BB.

Em abril de 2011, o Banco do Brasil iniciou a comercialização do cartão Ourocard Elo, cartão múltiplo de abrangência nacional e com uma das menores anuidades do mercado. As vendas do Ourocard Elo contribuirão para elevar a participação do BB no mercado de cartões, reforçando sua posição no segmento e colaborando para o processo de bancarização de um público que ascendeu socialmente e que passa a utilizar os meios eletrônicos de pagamento.

A direção do Banco do Brasil anunciou o pagamento de dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio (JCP) aos acionistas. O valor bruto do rendimento será de R\$ 0,41001618679 por ação até a posição acionária de 22/03/2011 (para JCP) e 19/05/2011 (para dividendos). Os valores serão creditados em conta corrente, poupança ouro e estarão disponíveis em caixa no dia 27/05/2011. O Banco informa que Haverá incidência de imposto de renda na fonte sobre a atualização dos dividendos. Os acionistas dispensados da referida tributação deverão comprovar esta condição em uma das agências. O BB avisa também que os investidores cujo cadastro esteja desatualizado terá sua remuneração retida até a efetiva regularização, que poderá ser feita em qualquer agência. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos através do Serviço de Atendimento ao Acionista da Central de Atendimento BB – telefone 4004 0001 (Capitais e Regiões Metropolitanas) ou 0800 729 0001 (Demais localidades) ou no site: www.bb.com.br.

Atenção acionista

O BB informa que o prazo para o exercício do direito de subscrição de ações decorrentes do bônus série “C” começou em 31/03/2011 e vai até o dia 30/06/2011. Fique atento.

Associe-se à UNAMIBB

Mensalidade R\$ 12,50

Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - Belo Horizonte - MG - CEP: 30110-039

Sim, desejo associar-me à UNAMIBB

Nome Completo: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Estado: _____

Cidade: _____ Telefone _____

C/C Nº: _____ Matrícula _____ Agência: ____/____/____/____/____

Nome da Agência: _____ Assinatura _____ DG